

Despacho nº 92/SPr/2011

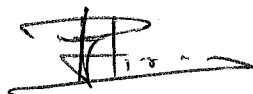
O alargamento da oferta de formação ao longo da vida e para novos públicos envolve as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária. Neste contexto, na reorganização dos cursos de especialização tecnológica foi considerada a avaliação de competências para efeitos de atribuição do diploma de especialização tecnológica, o que exige a definição de um procedimento uniforme para todo o IPS.

Assim:

Nos termos do artigo 24º, Capítulo V, do Decreto-Lei nº 88/2006 de 23 de Maio, aprovo o **Regulamento do processo de Reconhecimento e Validação de Competências para atribuição de Diploma de Especialização Tecnológica**, anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Setúbal, 27 de Julho de 2011

O Presidente



(Prof. Doutor Armando Pires)

Anexo

Artigo 1º

(Âmbito)

O presente regulamento define o processo de reconhecimento e validação de competências adquiridas em contextos profissionais para a atribuição de Diploma de Especialização Tecnológica (DET) correspondente a Cursos de Especialização Tecnológica (CET) ministrados pelo IPS.

Artigo 2º

(Conceitos)

1. Para efeitos deste regulamento consideram-se competências profissionais as que os candidatos fizerem prova possuir, adquiridas pela experiência ou formação profissional e não certificadas no âmbito do Ensino Superior nem de outros ciclos de estudos.
2. Por DET entende-se o documento que certifica qualificação profissional do nível 4 da tabela de níveis de formação aprovada pela Decisão n.º 85/368/CEE, do Conselho Europeu, de 16 de Julho.

Artigo 3º

(Condições para a candidatura)

1. Podem candidatar-se ao processo de reconhecimento e validação de competências para obtenção de DET (processo RVC-DET) os indivíduos que possuam cumulativamente as seguintes condições:
 - a) idade superior a 25 anos;
 - b) cinco ou mais anos de experiência profissional na área do CET a que apresentam candidatura.
2. É obrigatória a apresentação de meios de prova das condições referidas no número anterior na entrega da candidatura.

Artigo 4º

(Prazos e periodicidade)

1. As candidaturas são apresentadas no decorrer do ano lectivo definido pelo calendário escolar do IPS, nos Serviços Académicos do IPS.
2. Recebidas as candidaturas, os Serviços Académicos do IPS enviarão à Unidade de Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências do IPS (UDRVC-IPS) todo o processo, no prazo de três dias úteis.

Artigo 5º

(Emolumentos)

Pela candidatura são devidos os emolumentos constantes da tabela de emolumentos em vigor no IPS.

Artigo 6º

(Limites)

1. Os candidatos apresentam uma única candidatura referente a cada CET.
2. Os candidatos requerem o reconhecimento e validação de competências para a obtenção do DET abrangendo todas as Unidades Curriculares (UC) constantes dos planos de estudos do(s) CET ministrado(s) pelo IPS.

Artigo 7º

(Instrução das Candidaturas)

1. A candidatura é efectuada mediante requerimento dirigido ao Presidente do IPS e entrega dos documentos exigidos (*Portfolio* de competências e comprovativos; Ficha Pessoal; Carta de Motivações; *Curriculum Vitae* em modelo europeu).
2. A candidatura é instruída mediante apresentação do *Portfolio* de competências (modelo do IPS) que deverá conter: descrição de funções /

actividades realizadas, explicitação das aprendizagens e competências adquiridas e a sua correspondência com as UC que constituem o CET a que corresponde a candidatura.

3. O *Portfolio* de competências terá de incluir os comprovativos, declarações ou certificados que comprovem a realização das actividades e a sua duração, emitidos pela(s) entidade(s) empregadora(s), sob pena de a actividade correspondente não ser considerada como comprovada para efeitos de análise do processo.

4. O *Portfolio* de competências poderá incluir outros elementos considerados pertinentes para a apreciação da candidatura.

5. A preparação do *Portfolio* de competências é da responsabilidade do candidato.

6. As candidaturas que não se encontrem instruídas de acordo com o presente regulamento serão admitidas condicionalmente pelo Presidente de Júri, sendo os candidatos notificados para, no prazo de cinco dias, apresentarem os elementos em falta.

7. Findo o prazo previsto no número anterior sem que tenha existido a apresentação dos elementos em falta ou que sem que estes sejam suficientes, as candidaturas serão excluídas por decisão fundamentada do Presidente de Júri.

Artigo 8º

(Constituição do Júri de RVC-DET)

1. A avaliação de cada candidatura é realizada por um júri.

2. O júri de RVC-DET é constituído:

- a) pelo presidente de júri, representante permanente de cada Escola Superior na UDRVC-IPS, nomeado nos termos do despacho nº 88/SPR/2007 de criação da UDRVC;
- b) por um mínimo de quatro vogais, nomeados pelo Conselho Técnico-Científico de cada Escola, por proposta do presidente de júri, em

função da natureza e da especificidade da(s) UC(s) de cada candidatura, sendo que:

- i. um vogal é o coordenador do CET ministrado pelo IPS a que se refere a candidatura;
- ii. três vogais são representantes de cada uma das componentes de formação constituintes do CET, nomeadamente, formação geral e científica, formação tecnológica e formação em contexto de trabalho.

Artigo 9º

(Competências do Júri)

1. Ao júri compete:

- a) analisar o *Portfolio* de competências do candidato;
- b) realizar uma entrevista com o candidato;
- c) propor e realizar provas complementares, caso considere necessário;
- d) tomar a decisão final sobre a validação ou não validação em cada UC e a atribuição das classificações correspondentes;
- e) propor, no caso da validação de uma parte das UC, um plano individual de formação que o candidato terá de seguir de modo a obter o DET, indicando a(s) respectiva(s) UC(s) e/ou a(s) actividade(s) a realizar e o(s) respectivo(s) prazo(s);
- f) elaborar um parecer fundamentado para cada UC com base na apreciação dos elementos do *Portfolio*, entrevista e provas.

2. Ao presidente de júri compete:

- a) verificar a correcta instrução das candidaturas;
- b) propor ao Conselho Técnico-Científico os membros do júri de cada candidatura, indicando os vogais considerados adequados e necessários
- c) notificar o candidato da realização da entrevista e eventuais provas complementares;

- d) enviar a decisão do júri para ratificação ao Conselho Técnico-Científico da Escola;
- e) devolver o processo e a respectiva decisão à UDRVC-IPS num prazo máximo de 120 dias a contar da data de entrega da candidatura nos termos do artigo 4º.

Artigo 10º

(Contagem de prazos)

O prazo fixado no artigo anterior é contínuo, não se suspendendo aos Sábados, Domingos e feriados.

Artigo 11º

(Tipo e efeitos do processo de validação)

1. A validação é feita com base no referencial de competências das UC que constituem o CET a que corresponde a candidatura.
2. A validação atribuída ao processo poderá ser:
 - a) a validação da totalidade das UC que constituem o CET a que corresponde a candidatura, traduzindo-se na atribuição do DET;
 - b) a não validação das UC, não sendo atribuído o DET.
3. Existe a possibilidade de validação parcial a uma parte das UC que constituem o CET, de carácter condicional, que, sujeita aos requisitos previstos na alínea e) do nº 1 do artigo 9º, tomará carácter definitivo, de acordo com o disposto no número anterior.

Artigo 12º

(Classificação final)

1. A classificação final do DET é atribuída pelo Júri com base na apreciação realizada, tendo em consideração os princípios gerais decorrentes do artigo 23º, Capítulo V, do Decreto-Lei nº 88/2006 de 23 de Maio.

2. No caso da validação de uma parte das UC:

- a) é atribuída a classificação correspondente a cada UC;
- b) a classificação final do DET é atribuída com base na classificação obtida na(s) UC(s) ou actividade(s) realizada(s) indicada(s) no plano individual de formação e na classificação a que se refere a alínea anterior, tendo em consideração os princípios gerais do artigo acima mencionado.

Artigo 13º

(Comunicação da decisão)

- 1. A decisão é transmitida ao candidato através de uma informação da UDRVC-IPS até 5 dias úteis após a recepção do processo proveniente das Escolas.
- 2. A UDRVC-IPS comunica a decisão aos Serviços Académicos do IPS para efeitos de diploma.

Artigo 14º

(Dúvidas de interpretação e casos omissos)

As dúvidas de interpretação e os casos omissos são resolvidos por despacho do Presidente do IPS.

Artigo 15º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua assinatura.

Artigo 16º

(Norma Revogatória)

O presente Regulamento revoga o Regulamento aprovado pelo Presidente do IPS em 22 de Outubro de 2009.